

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamos-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Nota	2014	2013
Ativo		1.008	5.483
Circulante		951	5.481
Caixa e equivalentes de caixa	5	951	5.481
Tributos e contribuições a compensar		57	1
Outros ativos		—	1
Não circulante		15.916	674
Imobilizado	6	15.916	674
Total do ativo		16.924	6.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Passivo		2.122	57
Circulante		2.000	32
Emprestimos e financiamentos	7	2.000	—
Fornecedores		57	32
Salários, férias e encargos sociais		45	20
Impostos e contribuições sociais a recolher		20	—
Outras obrigações		—	5
Não circulante		5.477	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	—	5.477
Patrimônio líquido		14.802	623
Capital social	8	14.930	690
Prejuízo acumulado		(128)	(67)
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.924	6.157

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012		110	(34)	76
Aumento de capital conforme 4ª RCA de 31/01/2013 e 10ª RCA de 22/10/2013	8	580	—	580
Prejuízo do exercício		—	(33)	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		690	(67)	623
Aumento de capital conforme 13ª RCA de 07/02/2014	8	14.240	—	14.240
Prejuízo do exercício		—	(61)	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		14.930	(128)	14.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012		110	(34)
Aumento de capital conforme 4ª RCA de 31/01/2013 e 10ª RCA de 22/10/2013	8	580	—
Prejuízo do exercício		—	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		690	(67)
Aumento de capital conforme 13ª RCA de 07/02/2014	8	14.240	—
Prejuízo do exercício		—	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		14.930	(128)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2014 e 2013

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos I S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 431 de 17 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Goiabeira, constituída de doze Unidades Geradoras de 1.600 kW, totalizando 19.200 kW de capacidade instalada e 9.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. A Companhia é controlada diretamente pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), e por Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), na proporção de 51% e 49%, respectivamente. Alupar e Furnas, por meio de Termo de Compromisso, estabeleceram as bases e condições a serem observadas para participação conjunta, no qual foram definidos os critérios para a condução de todas as atividades, direta ou indiretamente necessárias à construção, operação, manutenção e exploração comercial da referida central e seu sistema de transmissão associado. Estes critérios foram detalhados posteriormente, através da celebração do Acordo de Acionistas entre as partes, no qual definiu os direitos de voto para a Assembleia Geral e Conselho de Administração. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, de acordo com a Portaria 431 de 17 de julho de 2012, a previsão para início de suas operações comerciais dar-se-á da seguinte maneira, para cada uma das doze unidades geradoras: • 1ª unidade geradora em 12 de julho de 2014; • 2ª unidade geradora em 27 de julho de 2014; • 3ª unidade geradora em 11 de agosto de 2014; • 4ª unidade geradora em 26 de agosto de 2014; • 5ª unidade geradora em 10 de setembro de 2014; • 6ª unidade geradora em 25 de setembro de 2014; • 7ª unidade geradora em 10 de outubro de 2014; • 8ª unidade geradora em 25 de outubro de 2014; • 9ª unidade geradora em 09 de novembro de 2014; • 10ª unidade geradora em 24 de novembro de 2014; • 11ª unidade geradora em 09 de dezembro de 2014; • 12ª unidade geradora em 24 de dezembro de 2014. Em virtude da mudança do modelo e arranjo dos aerogeradores da Central Geradora Eólica Goiabeira, foi necessário solicitar alteração de características técnicas junto à ANEEL. Desta forma, em 09 de janeiro de 2015, a Energia dos Ventos I S.A. protocolou tal solicitação na agência sob nº 48513.000142/2015-00, cujo processo está atualmente em tramitação. Uma das principais alterações na solicitação protocolada foi o número de Unidades Geradoras, que passou de 12 para 11. As novas datas solicitadas para início da operação comercial dar-se-á da forma a seguir: • 1ª unidade geradora em 30 de dezembro de 2015; • 2ª unidade geradora em 30 de dezembro de 2015; • 3ª unidade geradora em 30 de dezembro de 2015; • 4ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 5ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 6ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 7ª unidade geradora em 31 de dezembro de 2015; • 8ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 9ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 10ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016; • 11ª unidade geradora em 01 de janeiro de 2016. Outra importante mudança relacionada à Central Eólica Goiabeira foi a potência das Unidades Geradoras, que passou de 1.600 kW para 2.100 kW, alterando a capacidade total instalada de 19.200 kW para 23.100 kW. Por meio do processo de SUP 11120808-4, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE emitiu, em 12de julho de 2011, a Licença Prévia-LP nº 67/2011-DICOP-GECON, referente ao projeto da EOL Goiabeira. Essa licença, definia como uma de suas condicionantes, que caso o empreendimento fosse contemplado no leilão, o empreendedor deveria elaborar um Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA para prosseguimento do processo de licenciamento. Atendendo a essa condicionante e a legislação ambiental vigente, a Companhia deu sequência ao licenciamento do empreendimento na SEMACE através da SUP 7984936/2013, elaborando o EIA/RIMA e submetendo-o à avaliação dos órgãos competentes e demais partes interessadas. Em setembro de 2014, o empreendimento teve sua viabilidade ambiental atestada através da emissão da Licença Prévia nº 304/2014-DICOP-GECON. A Companhia já solicitou a Licença de Instalação e cumpriu todas as condicionantes para sua emissão, estando apenas aguardando a assinatura do Superintendente da SEMACE. Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes da autorização de produção concedida pela ANEEL, foram devidamente cumpridas ou quando não cumpridas, devidamente informadas àquela Agência, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula dos contratos de autorização. A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos para a conclusão de suas unidades produtoras de energia, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser remuneradas pelas receitas de operações futuras. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condição com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraídas do montante de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia opera exclusivamente no segmento de geração de energia elétrica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 11 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente a políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Ativos financeiros: (a) Reconhecimento inicial: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, incluindo os investimentos de curto prazo, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do

exercício. **(b) Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros é realizada de acordo com o seguinte critério: • Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou compra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.1.2 Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.2 Imobilizado:** **3.2.1 Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável. **3.2.2 Depreciação:** A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada com base nos critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. **3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possuía instrumentos derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.4 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante. **3.5 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.5.1 Provisões para litígios:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.6 Dividendos:** De acordo com o Estatuto da Companhia, a distribuição de dividendos será de 25% do lucro remanescente após a constituição de Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do Capital Social, e após a constituição de demais reservas, caso necessário. **3.7 Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. **3.8 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes a políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **3.8.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro. **3.8.2 Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.8.3 Tributação:** A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **3.8.4 Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica; e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das mesmas e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto prejuízo líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Despesas operacionais		(59)	(32)
Gerais e administrativas	10	(59)	(32)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		(59)	(32)
Despesas financeiras		(3)	(1)
		(3)	(1)
Prejuízo do exercício		(62)	(33)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$		(0,00896)	(0,08358)
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		14.930	690
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Prejuízo do exercício		(62)	(33)
Outros resultados abrangentes		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		(62)	(33)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

4. PRONUNCIAMENTOS DO CPC QUE ENTRARAM EM VIGOR EM 2014

Em 1º de janeiro de 2014 entraram em vigor e foram adotados pela Companhia novas normas e revisões emitidas pelo IASB, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, requeridos para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/ CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29. A sua adoção segue as suas datas de vigência no próximo exercício ou que sejam publicadas e homologadas pelo CPC/CFC.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	% do CDI	2014	2013
Caixa e bancos		3	1
Aplicações financeiras (CDB)	93	948	5.480
		951	5.481

Os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a numerário disponível em caixa, certificados de depósitos bancários e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, normalmente, quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. A Companhia tem como política de investimentos financeiros a aplicação dos recursos em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

6. IMOBILIZADO

Imobilização em curso: As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos a serem incorridos, estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico. Conforme descrito na Nota 1, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial plena de suas onze unidades em 01 de janeiro de 2016. A construção do parque eólico será financiada por capital próprio e por empréstimos e financiamentos. A composição do ativo imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	2013	2014	
	Saldo	Adições	Transferências
Móveis e utensílios	—	21	—
Máquinas e equipamentos	—	244	—
Software	—	6	—
Sistema de conexão de transmissão	20	116	—
Adiantamento a fornecedores	3	12.798	—
A reatear	651	2.057	—
	674	15.242	—

7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DIVIDAS

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	2014	2013
Banco BTG Pactual	CDI + 2,0% ao ano	18/02/2015	2.000	—
Total em moeda nacional			2.000	—

Em 18 de novembro de 2014, a Energia dos Ventos I assinou contrato de empréstimo com o Banco BTG Pactual no montante de R\$ 2.000, com vencimento em 18 de dezembro de 2014. O contrato teve seu vencimento prorrogado para 18 de fevereiro de 2015. O valor corresponde a parte do investimento total, que inclui construção civil do parque eólico e mão de obra administrativa. O contrato não estabelece indicadores financeiros (*covenants*). Em 06 de março de 2015, a Energia dos Ventos I liquidou o empréstimo com o Banco BTG Pactual. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	2014	2013
Saldos em 31/12/2013		
Adições	2.000	(22)
Pagamentos (principal e juros)	—	22
Juros e variações monetárias e cambiais	—	22
Saldos em 31/12/2014	2.000	—

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é no valor total de R\$ 38.829. O capital social está representado por 14.930.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (hum real). A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

Acionistas	2014		2013	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Alupar	7.612.807	7,613	351.831	352
Investimentos S.A.	7.612.807	7,613	351.831	352
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.315.700	7,316	338.100	338
Central Eólica Goiabeira Ltda.	1.493	1	69	—
	14.930.000	100	690.000	100

Em assembleia geral de constituição da Companhia realizada em 07 de março de 2012, foi aprovado a subscrição e integralização